



## Mediação e política na era da reprodutibilidade em rede

Carlos Sandano<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo defende a necessidade de um reposicionamento da prática jornalística, onde o profissional da comunicação passa de intermediário da informação para intérprete das múltiplas realidades de um mesmo tecido social. Para além de uma idealização das mídias digitais como canais diretos de interlocução entre os grupos sociais, pensa-se na comunicação em sentido mais complexo, com várias camadas de mediação, proporcionando o diálogo político.

**Abstract:** This article supports the need for a relocation of the journalism practice, in which the communication professional goes from being the information mediator to interpreter of the multiple realities of a social tissue. Beyond an idealization of the digital medias as direct interlocution channels between the social groups, communication is pondered in a wider sense, with several layers of mediation, affording politic dialogue.

Uma das características com a qual podemos definir ciberativismo é a possibilidade de que qualquer grupo hoje poder trabalhar informações e reivindicações sem a necessidade de entidades mediadoras tradicionais. Ou seja, trata-se do aspecto “faça você mesmo a sua mídia e quebre o monopólio da informação”, com a utilização da Internet ou da telefonia móvel como canal de comunicação privilegiado. É claro que além da difusão das idéias há o uso das mídias digitais como ferramenta de organização de voluntários, assim como para a arrecadação de fundos e campanhas políticas. Além disso, temos as ações ativas de protesto que se aproximam das atividades *hackers*, como “pixação” de sites de grandes companhias ou governamentais, criação de falsos sites ou até mesmo movimentos que acarretam perdas econômicas a outros grupos. Se chamamos isso de ciberativismo ou ciberterrorismo e quais os limites de ação de um campo para outro é outra discussão interessante sobre as novas formas de ação possibilitadas pelos meios digitais. Mas aqui a questão será abordada por outro foco, o da mediação. Defende-

---

<sup>3</sup> Jornalista profissional desde 1992, com passagens pela *Folha de S. Paulo*, *Editora Abril* e *Gazeta Mercantil*, entre outros. É pós graduado em teorias e técnicas da comunicação pela Faculdade Cásper Líbero e mestre pelo Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo. Atualmente é diretor da Pluricom Comunicação Integrada.



Neamp

se a necessidade da presença de mediadores que funcionem como intérpretes de realidades distintas.

Isto apesar da persistência de uma idealização da Internet como território liberto, espaço em que se efetiva o sonho democrático e por meio do qual é possível abrir trilhas para a redenção dos excluídos da sociedade globalizada. Castells fala de uma força quase inexorável, em consequência da estrutura aberta e em rede da Internet, de democratização e liberdade (Cf. o primeiro capítulo de CASTELLS, 2001 Vol. 1, p. 49 – 87; e também o segundo capítulo de CASTELLS, 2003, p. 36 - 56). Para Reyes Matta (2003), assistimos à formatação de um outro mundo comunicacional que, “instalado en medio de la sociedad civil y conectado a otras entidades similares en el resto del mundo, podía cruzar las fronteras y generar corrientes de opinión que circulaban por circuitos distintos a los creados por los ‘mass-media’ del siglo XX”.

De fato, temos estruturalmente um meio descentralizado e de difícil (senão impossível) controle – e as frustradas tentativas de exercer algum domínio tecnológico sobre o conteúdo que circula nas redes digitais parecerem comprovar tal assertiva<sup>4</sup>. As mídias digitais possibilitam uma comunicação não mais onde poucos falam a muitos (um → todos), mas onde todos falam com todos (todos ↔ todos) e em que ganha importância a interatividade (um-para-o-outro) e a personalização. Amplia-se espacial e temporalmente os locais onde se podem obter informações sobre, virtualmente, qualquer assunto e em vários níveis de profundidade. Sendo um meio aberto e descentralizado, pode proporcionar práticas transformadoras para o “combate no campo da subjetividade” (CANCLINI, 1983, p. 41).

Dito isso, lembremos que o EZLN é considerado o marco inicial do ciberativismo. Na confluência das transformações tecnológicas e geopolíticas decorrentes da queda da

---

<sup>4</sup> Não há, por exemplo, uma tecnologia que impeça de modo seguro a reprodução digital não autorizada. Biddle et al demonstraram a impossibilidade de se inibir as redes de distribuição usadas para trocas de arquivos digitais (principalmente as redes P2P, chamadas pelos os autores de *Darknet*). Segundo estes pesquisadores, há um único componente da infra-estrutura destas redes que pode ser atacado: seu banco de dados. Mas, afirmam, os demais elementos da *darknet* serão incrementados não apenas pelo desenvolvimento tecnológico, como também pela possível integração da criptografia. Cf. BIDDLE et al, 2002.



Neamp

URSS e da exploração comercial da Internet, a insurreição zapatista de 1994 é entendida como um fenômeno social inaugural da nova “Era da Informação”, uma demonstração da capacidade dos meios digitais de difundirem mensagens de contestação a um dos marcos simbólicos da globalização, o NAFTA.

Quando, após a tomada de San Cristóbal de Las Casas (a terceira maior cidade de Chiapas, após Tuxtla Gutiérrez e Tapachula), o governo mexicano coloca 12 mil soldados em Chiapas, a mobilização da sociedade civil cria uma pressão que leva ao armistício, obriga o governo de Salinas a negociar e possibilita ao movimento se tornar um ator de destaque na cena política do país.

Uma questão a ser colocada à partida é quem recebeu os comunicados zapatistas pelos novos meios digitais. Afinal, em 1994, a Internet ainda era restrita a poucos grupos de usuários<sup>5</sup>. Os conectados no Brasil e no México representavam então 0,04% da população. Mesmo nos Estados Unidos, os usuários de Internet eram apenas 4,97 em cada grupo de 100 habitantes. Isso significava um total de 60 mil pessoas no Brasil, 39 mil no México e 13 milhões nos Estados Unidos, sendo a Islândia o país com a maior proporção (6,75%) de pessoas com acesso à Internet na ocasião (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS). Quando, no dia 11 de fevereiro de 1994, mais de 100 mil pessoas foram às ruas da Cidade do México pedir o fim da ofensiva militar do exército federal em Chiapas (ORTIZ, 1997, p. 182), tal quantidade de manifestantes representava mais que o dobro do total de usuários de Internet no país.

Assim, para a difusão da mensagem foram vitais outros meios de comunicação e diversas redes de solidariedade. Para amplificar a mensagem dos índios chiapanecos, mobilizar parcelas significativas da população mexicana e sensibilizar a opinião pública em outros países torna-se vital a presença de outros canais *mediadores*, além do EZLN, como as instituições civis e os jornalistas.

---

<sup>5</sup> É apenas no final de 1994, no dia 20 de dezembro, que a Embratel inicia testes experimentais no Brasil para serviço de Internet, até então vinculada à Rede Nacional de Pesquisa. No México, a MEXNET, organização ligada a instituições acadêmicas, inicia suas atividades em 1992, construindo um backbone e iniciando a difusão da cultura de redes. Em 1994, o México contava com 150 endereços IP. Em 1996, eram 2.618 os domínios “.mx” (Cf. [www.isocmex.org.mx](http://www.isocmex.org.mx)).



Não se trata, portanto, da utilização da tecnologia para interlocução direta entre os índios chiapanecos (ou seus representantes) e a sociedade mexicana ou grupos sociais de outros países, mas de comunicação em sentido complexo, com várias camadas de *mediação*. Neste processo, surgem novos atores políticos que ganham legitimidade perante a nação mexicana, mas nele se destaca um mediador privilegiado (“tradutor” das palavras indígenas) para as relações comunicacionais com jornalistas e grupos organizados da sociedade civil, que realizarão a mediação de modo mais amplo com outros setores da sociedade.

A necessidade de canais *mediadores* diversificados está, aliás, no centro da lógica de combate zapatista, que trabalha com a perspectiva midiática para vencer uma batalha que seria inevitavelmente perdida no campo militar, apesar de seu discurso bélico prometer “avanzar hacia la capital del país venciendo al ejército federal mexicano” (EJERCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL, 1993). Além do uso da Internet e do fax para a transmissão de mensagens, os comunicados zapatistas eram enviados diretamente, a partir de San Cristóbal, aos principais jornais mexicanos, estrangeiros e agências de notícias (ORTIZ, 1997, p. 152).

Esta forma de relacionamento com diversas instâncias *mediadoras* também foi utilizada com êxito pelo MST<sup>6</sup> no Brasil em 1997, quando cerca de 40 mil sem-terras<sup>7</sup> se dirigiram a Brasília partindo de vários pontos do país, produzindo uma mudança discursiva nos *mass media*. Com esta ação, “repentinamente, os sem-terra deixaram de ser vistos como um ‘bando de radicais’ e ganharam o *status* da cidadania de trabalhadores em luta pela Reforma Agrária, num exercício da democracia” (GOHN, 2000, p. 141)<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surge nos anos 80 em um processo decorrente da transformação do campo brasileiro na década anterior.

<sup>7</sup> A revista *Veja*, em sua edição de 23 de abril de 1997, registra que Brasília “serviu de palco para uma manifestação, de 40.000 pessoas, que contava com simpatias generalizadas”.

<sup>8</sup> “Durante o mês de abril de 1997, o MST teve 163 manchetes noticiadas em um único jornal brasileiro de circulação nacional, a *Folha de S. Paulo*. Ele ocupou todos os dias a primeira página do jornal e foi a manchete principal durante quase 15 dias [...] As duas principais revistas semanais, *Veja* e *IstoÉ*, dedicaram à marcha grandes reportagens e o MST foi capa das duas revistas”. Cf. GOHN p. 138.



Em comparação com as diferentes e novas formas de mobilização social que “navegam” pelo fluxo da informação da Internet, é preciso lembrar que tanto o EZLN quanto o MST operam de forma distinta dos movimentos antiglobalização que se formam *a partir* das mídias digitais e não apenas com a *presença* nelas. Após acompanhar casos de resistência cultural e econômica em diversas partes do mundo na década de 90 do século XX, a jornalista canadense Naomi Klein (2003, p 479) conclui:

*Embora muitos tenham observado que os recentes protestos de massa teriam sido impossíveis sem a Internet, o que foi esquecido é como a tecnologia da comunicação que facilita essas campanhas está moldando o movimento à sua própria imagem [...] o consenso forçado e manifestos elaborados desaparecem ao fundo, substituídos por uma cultura de troca de informações constante, frouxamente estruturada e às vezes compulsiva.*

A insurreição zapatista foi facilitada pelo uso da Internet, mas não é possível dizer que não existiria sem ela, tampouco que sua rede de informações é frouxamente estruturada. Neste caso, parece permanecer intacta a centralidade exercida pelos mediadores tradicionais (líderes do movimento, jornalistas, sociedade civil organizada, representantes governamentais e parlamentares), assim como acontece em relação ao MST no Brasil (entendido como organização, uma entidade que já realiza uma mediação dos camponeses com a sociedade). Ou seja, estamos falando de uma mobilização política que se utiliza dos meios digitais, mas que difere em sua essência de outros movimentos que podemos chamar de ciberativismo.

No caso das ações do EZLN e MST, a Internet surge como uma importante ferramenta facilitadora de *contatos* (principalmente em relação ao fluxo informativo entre as instituições civis organizadas e entre elas e os jornalistas) entre os movimentos e outras instâncias mediadoras, que, além dos jornalistas e dos veículos tradicionais, incluem também instituições da sociedade civil. E em um mundo no qual a *palavra* circula instantaneamente em redes comunicativas globais, ou seja, sem limitações territoriais, o papel do mediador é ainda mais importante quando se considera, conforme anota Zucker



Neamp

(1978<sup>9</sup> apud WOLF, 2003, p. 155) que “quanto menor for a experiência direta das pessoas em relação a uma determinada área temática, mais ela dependerá da mídia para obter as informações e os quadros interpretativos relativos àquela área”. O autor exemplifica: “as pessoas não precisam dos meios de comunicação de massa para experimentar o aumento dos preços. Essas condições, quando existem, invadem a vida cotidiana das pessoas”.

Nesse ponto, a pergunta é se, sendo a Internet uma ferramenta essencial para a vocalização dos que não têm voz, isso dispensa a presença de mediadores? Não pensemos nem mesmo na questão da inclusão digital, tema ainda candente por mais espetacular que tenha sido a penetração da Internet. Ainda que imaginemos uma situação onde todos tenham acesso e possam vocalizar seus desejos, idéias e reivindicações, mesmo assim permanece a necessidade da presença de mediadores para que exista uma comunicação efetiva entre as camadas estratificadas de uma mesma sociedade ou entre diferentes sociedades.

Mas se há esta necessidade, é preciso refletir sobre o papel a ser desempenhado por esse mediador. Não cabe aqui uma crítica à imprensa e à mídia em geral, que tem sido feita amplamente pelos estudos acadêmicos, mas se ressaltam alguns aspectos específicos para em seguida propor uma nova forma de atuação jornalística que pode ser útil à discussão sobre ciberativismo.

Em relação ao fluxo de informação na Internet que podemos denominar ciberativismo, há de fato uma quebra em relação ao paradigma da objetividade, essencial ao jornalismo tradicional: sabe-se que não se está observando a realidade de uma forma neutra. Sabe-se e assume-se que a realidade é diferente de acordo com o ponto de observação. É também indiscutível a força dos meios digitais para a mobilização instantânea relativa a eventos pontuais. É, ainda, também uma ferramenta poderosa para denúncias ou manifestos específicos. Mas questões como a reforma agrária brasileira ou a

---

<sup>9</sup> ZUCKER, H. *The Variable Nature of Mass Media Influence*, 1978, in Ruben, B. (ed.), *Communication Yearbook*, 2, New Brunswick, p. 225-240.



Neamp

sub-cidadania das populações indígenas na América Latina são mais complexas e exigem um diálogo mais amplo e profundo.

O que se pretende dizer é que não basta que novos pontos de vista, além do jornalismo industrial, sejam agora possíveis. É preciso que exista comunicação entre as esferas da sociedade que geram esses diferentes pontos de vista. Em relação ao jornalismo, para que isso ocorra, é preciso em primeiro lugar quebrar com o paradigma e com a retórica da objetividade. Há sim que se dar destaque para o empirismo, mas sem que isso resulte em uma primazia dos fatos.

Assumindo-se que não há uma posição neutra, é então o momento de se mergulhar nessa realidade tendo consciência da existência desses múltiplos pontos de vista envolvidos. É realizar aquilo que Cremilda Medina chama de narrativas da contemporaneidade: uma “narrativa dos fatos contemporâneos que ensaie, ao mesmo tempo, a polifonia e a polissemia do presente, o enraizamento na história, na cultura e nas identidades míticas, bem como a enunciação de tendências projetivas” (MEDINA, 1999, p. 86).

Não é apenas uma questão de fornecer acesso a indígenas e camponeses – ou a outras culturas latino-americanas sufocadas pelas afirmações de identidade nacionais e marginalizadas pela estrutura econômica – para que eles próprios possam vocalizar suas questões e serem ouvidos. As classes populares não irão irromper revolucionariamente nos meios digitais e conseguir, assim, como que magicamente, a libertação de um “discurso dominante”. Entender a Internet como um meio barato e fácil de propagação de idéias não necessariamente a formata em um diálogo polifônico: pode apenas acrescentar novas vozes à cacofonia. E apenas ocupar espaços privilegiados – estratégia desenvolvida com certo sucesso pelo EZLN e o MST – pode significar perder a riqueza criativa da configuração em rede para emular na Internet as funções da imprensa escrita ou interpretar as propostas do EZLN, por exemplo, como simples marcas do “não-global”.



Neamp

É nesse sentido que se aponta para a necessidade da presença de intérpretes da realidade, de narradores que organizem o caos em um cosmos, estabelecendo pontes entre realidades estratificadas (Cf. MEDINA, 2003, *passim*). O exercício da mediação jornalística pode estabelecer princípios de organização no caos informativo para que o surgimento de novas vozes possa se harmonizar polifonicamente. Mas, para isso, o fazer jornalístico precisa ser vivenciado em sua plenitude, efetuando mergulhos mais profundos nas múltiplas realidades latino-americanas, e não ser apenas um exercício burocrático onde são ouvidas sempre as mesmas fontes, onde apenas os atores legitimados *aprioristicamente* têm voz. Não apenas o relato do mundo rural onde os camponeses surgem apenas como objeto de ações institucionais ou governamentais, mas uma narrativa que revele o sujeito do campo e também leve a ele as visões sobre a questão agrária de outras parcelas da sociedade.

Com a Internet, abrem-se possibilidades para um contato mais direto com o empirismo dos acontecimentos cuja representação simbólica se concretiza no fato jornalístico tradicional. Ao mesmo tempo, torna-se claro, com as mídias digitais, que a comunicação social não é monopólio de profissionais da comunicação. Há cada vez mais espaços para que a narrativa dos fatos seja realizada por “não jornalistas”. Espaços que são ocupados de maneira cada vez acentuada. Mas além dos necessários narradores da contemporaneidade, há o mediador que navega por estas narrativas, selecionando-as, contextualizando-as, relacionando-as, enfim organizando-as.

Na análise que fiz das mensagens sobre o EZLN e o MST (SANDANO, 2007), tanto na Internet quanto na mídia tradicional, se percebe que a mudança para uma suposta “multidirecionalidade” continua a depender da territorialidade – do local onde se fala. Enquanto aumenta a interdependência das relações globais, há simultaneamente a valorização do local, já que o contato direto pode propiciar uma experiência mais humana, abrindo espaços para a prática narrativa polifônica e polissêmica.

Ao lado de relatos estandardizados, nos quais se luta de todas as maneiras para acompanhar a velocidade da transmissão eletrônica, há os que vocalizam uma





Neamp

“espacialidade” específica, onde os fatos são passíveis de serem “sentidos” empiricamente.

Isso leva à dimensão da mediação como exercício de tolerância virtuosa. *Dialogar com tolerância*, ou seja, praticar o dialogismo, é estar aberto à aprendizagem, criando *hic et nunc* as condições dinâmicas para a convivência humana. Se isso continuará a ser denominado Jornalismo e será exercido por um profissional especializado, é uma questão que permanece aberta, apesar de alguns já profetizarem a morte do jornalista. E, de fato, o poder está se afastando dos jornalistas no sentido de serem centros de controle do conhecimento público. Os cidadãos estão assumindo um papel mais ativo como agregadores, editores e criadores de suas próprias notícias. Isso não significa que não há mais a necessidade de jornalistas, mas de repensar a sua forma de atuação. Ao invés de relatores da verdade factual, mediadores de diversas verdades relacionadas à mesma realidade.

O importante a ressaltar é que intérprete é necessário para que flua o processo comunicacional e se escape das reafirmações ideológicas estanques dos intragrupos. O mediador é a figura que cria, de maneira ampla, os canais de dialogia entre cidadania e sub-cidadania, entre os grupos sociais organizados e os que (ainda) não possuem meios de vocalizar suas idéias, medos, anseios, dilemas, alegrias e problemas. E, deste modo, abre, por meio do processo de mediação, perspectivas de relações sociais intragrupais, como as que urgem ser estabelecidas entre a sociedade urbana e a rural, entre os que percorrem o espaço globalizado na temporalidade do instantâneo e os que vivenciam a temporalidade dos ciclos naturais em um espaço geograficamente definido.

A cultura, oral ou visual, é o espaço onde os imaginários são construídos, imaginários que, por sua vez, são os espaços políticos, ou seja, de ação coletiva, que transformam a cultura e são por ela transformados. Neste processo, o conceito de mediação se revela imprescindível. Se as novas formas de interação entre o usuário e o conteúdo apontam para a reformulação no fazer jornalístico, tem-se que a mediação



Neamp

continua a ser condição necessária para a dialogia, ainda mais essencial em um ambiente de interatividade.

### **A Internet como mídia corporativa**

Nesse contexto, é preciso redimensionar o otimismo liberal com as transformações geopolíticas e culturais oriundas de reais potencialidades da tecnologia digital, mas não necessariamente efetivadas da maneira como foram idealizadas. Essa idealização levou Albert-László Barabási e Eric Bonabeau a iniciarem uma pesquisa sobre a *Web* na University of Notre Dame (EUA) esperando encontrar um padrão aleatório, justamente devido à estrutura não hierárquica que permite uma navegação livre, guiada apenas pela diversidade de interesses em uma vasta coleção de documentos. No entanto, suas medições<sup>10</sup> mostraram que “um punhado de páginas extremamente conectadas estão mantendo a coesão da *World Wide Web*” (BARABÁSI; BONABEAU, 2003, p. 66). Ou seja, no lugar de cacofonia ou polifonia, pólos de atração.

Os cálculos dos pesquisadores indicam que a distribuição dos *links* segue uma lei exponencial, ou seja, as conexões não formam uma rede aleatória, mas sim uma rede sem escala. E “diferentemente da distribuição democrática dos *links* nas redes aleatórias, as leis exponenciais descrevem sistemas onde alguns pólos de convergência e irradiação, como Yahoo e Google, predominam” (Ibid., p. 66). Um “processo de vinculação preferencial” que ocorre também em redes sociais (atores de Hollywood, cientistas) e biológicas (rede reguladora de proteínas, metabolismo celular) (Ibid., p. 68).

Segundo Barabási & Bonabeau, apesar da navegação não hierarquizada e da fragmentação e ampliação de fontes sobre virtualmente qualquer assunto e em vários níveis de profundidade, há emissores privilegiados que são mais visitados e citados (maior quantidade de *links* que remetem a eles), limitando potencialmente a quantidade de vozes que serão efetivamente ouvidas.

---

<sup>10</sup> As medições foram feitas por meio de um software criado para este fim que mapeava a *Web* e registrava os *links*.



Neamp

Observe-se que o fato destes pólos virtuais se formarem *também* longe das empresas tradicionais de mídia (entendidas como instrumentos de estocagem e distribuição de informação nesta nova configuração) não leva, *per si*, a uma mudança de conteúdos. O anuário *The state of the news media 2006* registra uma predominância dos portais pertencentes a tradicionais grupos de comunicação (como *CNN*, *New York Times* e a agência de notícias *Knight Rider*) em relação às fontes de notícias. Os pesquisadores do anuário concluem:

*A Internet, descobrimos, é uma tecnologia, não um estilo de mídia ou um conjunto de valores ou uma abordagem jornalística [...] Muitos dos mais populares sites também não recebem a devida atenção dos impressos e produtores de conteúdo, especialmente os assim chamados sites "somente Web" que não geram versões em outras mídias. Assim, enquanto a Internet agrega mais distribuidores de informação do que se possa escolher, isso não significa, nosso estudo sugere, que novos tópicos serão adicionados à agenda.*

Aqui, cabe lembrar o papel de destaque das agências de notícias como fornecedoras de conteúdo para os portais e da “commoditização” das notícias para os portais. Bustamente (2004, p. 815) fala sobre o aumento “qualitativo” do caráter de “commoditização” *vis a vis* a internacionalização das indústrias culturais.

Além disso, os grandes portais de acesso igualmente “herdam” a forma de produção de notícias, já que a construção destes espaços se deu por aquisição, por parte das capitalizadas empresas de tecnologias, de estruturas tradicionais (as redações com seus profissionais, ferramental específico e fluxos de trabalho estabelecidos), como fica claro na junção das marcas MS (Microsoft) e NBC.

Mas é preciso salientar que a monopolização crescente e a busca incessante de produtividade não são suficientes para enfrentar as transformações do mercado de informações em um quadro de crise financeira com um decréscimo de leitores e da receita publicitária. E que esta concentração midiática e a configuração em torno de pólos de convergência não colocam em xeque a ubiquidade da Internet (até mesmo porque um de seus usos mais freqüentes é univocamente ubíquo: o e-mail) ou a sua potencialidade de ampliação de fontes alternativas.



Neamp

Aborda-se aqui a questão a partir de uma proposta de uma ação comunicativa – e afinal estamos falando de tecnologias da informação. Isso é importante para evitarmos determinismos tecnológicos ou culturais. Ou seja, a tecnologia digital, *per si*, não vai levar a um determinado estágio político, nem o socialismo vai ser construído pelas novas vocalizações, nem a direita vai impor sua visão de mundo apenas pelo uso da Internet. No entanto, isso não significa dizer que a tecnologia é neutra. Não: ela altera a maneira como as pessoas se relacionam, como elas se comunicam e, conseqüentemente, modifica a política. Altera até mesmo a forma como entendemos o mundo. É nesse complexo jogo dialético de múltiplas relações e influências mútuas que diariamente se constrói a nova sociedade.

Nesse sentido, quando falo em mediação como uma nova forma de atuação jornalística, mas que pode ser estendida para a ação política, tal questão não está relacionada apenas ao fazer jornalístico na Internet. Trata-se de uma renovada prática jornalística para as novas e para as tradicionais mídias, que ao menos no curto prazo irão conviver. Evidentemente que a Internet traz novas possibilidades de vocalizações, interações e é uma ferramenta poderosa de organização. Mas devemos ter cuidado em separar o que é apenas emulação das práticas tradicionais (seja no jornalismo, seja na política) das possibilidades realmente novas que podem ser abertas.

## **Bibliografia**

BARABÁSI, Albert-László, BONABEAU, Eric. Redes sem escala. Scientific American Brasil, São Paulo, n. 13, jun. 2003.

BIDDLE, Peter, ENGLAND, Paul, PEINADO, Marcus, e WILLMAN, Bryan. The Darknet an the Future of Content Distribution. Seattle: Microsoft Corporation, 2002. Disponível em <[www.quicktopic.com/18/D/drkxtY8TMZH6b.html](http://www.quicktopic.com/18/D/drkxtY8TMZH6b.html)>.

BUSTAMANTE, Enrique. Cultural industries in the Digital Age: some provisional conclusions. In Media, Culture & Society. Londres, Vol. 26(6): 803–820, 2004.

CANCLINI, Néstor García. As culturas populares no capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.



Neamp

CASTTLES, Manuel. A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

CASTTLES, Manuel. A sociedade em rede, 1º volume de A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

EJERCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL. Declaración de la Selva Lacandona, 1993. Disponível em <[www.ezln.org/documentos/1994/199312xx.es.htm](http://www.ezln.org/documentos/1994/199312xx.es.htm)>. Acesso em mar-maio 2006.

GOHN, Maria da Glória. Mídia, Terceiro Setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo. Petrópolis: Vozes, 2000.

KLEIN, Naomi. Sem Logo: a tirania das marcas em um planeta vendido. São Paulo: Record, 2002.

MATTA, Fernando Reyes. Democracia y Comunicación en el siglo XXI. Futuros. Filadélfia (EUA), N. 04, V. 1, La era de la información y el desarrollo sustentable, out.-dez. 2003. Disponível em <[www.revistafuturos.info/futuros\\_4/demo\\_comu\\_1.htm](http://www.revistafuturos.info/futuros_4/demo_comu_1.htm)>.

MEDINA, Cremilda. A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

MEDINA, Cremilda. Caminhos e descaminhos da reportagem ensaio. In Caminhos do saber plural. São Paulo: ECA/USP, 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Millennium Development Goals Indicators: the official United nations site for the MDG indicators. Disponível em <<http://mdgs.un.org/unsd/mdg/default.aspx>>. Acesso em jul. 2006.

ORTIZ, Pedro Henrique Falco. Z@patistas on-line: uma análise sobre o EZLN e o conflito em Chiapas, sua presença na Internet e a cobertura da imprensa mexicana, argentina e brasileira. São Paulo: Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo, 1997.



Neamp

SANDANO, Carlos Eduardo Sandano Santos. A mediação na era da reprodutibilidade em rede: análise da cobertura jornalística sobre o MST e o EZLN nos jornais impressos e na Internet. São Paulo: Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo, 2007.

THE STATE OF THE NEWS MEDIA 2006: an annual report on american journalism. Produzido por Project for Excellence in Journalism, Washington, 2006. Disponível em <[www.stateofthemedias.org/2006/narrative\\_daymedia\\_intro.asp?media=2](http://www.stateofthemedias.org/2006/narrative_daymedia_intro.asp?media=2)>.

WOLF, Mauro. Teoria das Comunicações de Massa. São Paulo: Martins Fontes, 2003.